

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Angela Cassia Costaldello	13
APRESENTAÇÃO	
Sansão José Loureiro	17
INTRODUÇÃO	19

PARTE 1

O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO – O ORDENAMENTO JURÍDICO COMO LIMITADOR DA ATIVIDADE ESTATAL

CAPÍTULO 1	
DO ESTADO DE DIREITO AO ESTADO CONSTITUCIONAL	27
1.1 O Estado moderno.....	29
1.2 O Estado de Direito e a passagem ao Estado Constitucional.....	33
1.3 O amadurecimento do Estado – Em busca da proteção aos direitos fundamentais.....	43
CAPÍTULO 2	
A ELABORAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS NO ESTADO MODERNO – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS	51
2.1 Regras para a decisão normativa.....	51
2.2 A eficácia do Direito e o dever de obedecer.....	58
CAPÍTULO 3	
A PROTEÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PELO ESTADO	65
3.1 Os interesses e a aparição dos direitos	68
3.2 O que são os direitos fundamentais?	72
3.3 A função dos direitos fundamentais.....	76

PARTE 2

AS NORMAS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS – LIMITES À RESTRIÇÃO

CAPÍTULO 1

A NORMA JUSFUNDAMENTAL – UM CONJUNTO DE REGRAS E PRINCÍPIOS.....	83
1.1 Função dos princípios e das regras.....	90
1.2 Conflitos entre regras e entre princípios.....	93
1.3 A estrutura das normas de direito fundamental.....	99
1.3.1 As normas de direitos fundamentais – Princípios e regras.....	100

CAPÍTULO 2

O CARÁTER NÃO ABSOLUTO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	107
2.1 Interesses privados, interesses públicos – Relação de supremacia?....	108
2.2 A indisponibilidade e a restrição aos direitos fundamentais.....	113
2.2.1 A indisponibilidade dos direitos fundamentais.....	114
2.2.2 A restrição aos direitos fundamentais – O interesse público não positivado na Constituição.....	116
2.2.3 A restrição aos direitos fundamentais – Outras hipóteses.....	125
2.3 Os efeitos das restrições aos princípios e às regras de direitos fundamentais – Conclusões parciais.....	142

PARTE 3

A FUNÇÃO INVESTIGATÓRIA DO PODER LEGISLATIVO E A PROTEÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO 1

A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E A ATIVIDADE INVESTIGATIVA DO PODER LEGISLATIVO.....	149
1.1 A separação dos “poderes”.....	149
1.2 O Poder Legislativo.....	153
1.2.1 Poder Legislativo e função investigativa.....	155
1.2.2 Comissões parlamentares.....	160
1.2.3 As comissões e a função de inquérito.....	162

CAPÍTULO 2

O FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.....	167
2.1 Poderes de investigação próprios de autoridades judiciais.....	168
2.2 As normas infraconstitucionais – Poderes e procedimento.....	172



2.3	Poderes das comissões parlamentares de inquérito dos Estados-membros e dos Municípios	178
-----	---	-----

CAPÍTULO 3

OS LIMITES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.....		183
3.1	Limites formais.....	184
3.2	Limites materiais.....	189
3.3	Necessidade de interesse público que legitime a investigação.....	192
3.4	A necessidade de motivação das decisões	196

CAPÍTULO 4

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO LIMITES NECESSÁRIOS À ATUAÇÃO DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.....		201
4.1	A proteção da liberdade pessoal e da propriedade	205
4.2	A proteção da vida privada	208
4.2.1	A integridade da personalidade – Proteção da honra e da imagem ...	210
4.2.2	Direito à privacidade – Resguardo do domicílio (e dos documentos e outras provas), das comunicações e das correspondências e do sigilo de dados	220
CONCLUSÃO		231
REFERÊNCIAS		237
ÍNDICE DE ASSUNTOS		249
ÍNDICE ONOMÁSTICO		253